



**4º Encontro Internacional de Política Social**  
**11º Encontro Nacional de Política Social**  
**Tema: Mobilidade do capital e barreiras às migrações:**  
**desafios à Política Social**  
Vitória (ES, Brasil), 6 a 9 de junho de 2016

---

**Eixo: Fundamentos teóricos da política social.**

**EDUCAÇÃO PERMANENTE NO SUAS: CONTRIBUIÇÕES PARA A  
QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS**

**Aurora Amélia Brito de Miranda <sup>1</sup>**  
**Lília Penha Viana Silva <sup>2</sup>**

**Resumo**

Resgatamos o percurso histórico do Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social (CapacitaSUAS) no contexto da RENEPSUAS, suas contribuições para o aperfeiçoamento da gestão, dos serviços e benefícios socioassistenciais a partir da avaliação de reação dos trabalhadores capacitados no Estado do Maranhão. A regulamentação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, por meio da Lei 8.742/93, alterada pela Lei 12.435/2011, instituiu o SUAS como novo modelo de gestão da assistência social e reafirma a Educação Permanente como um dos objetivos, que requer um perfil ético, político e profissional dos trabalhadores.

**Palavras-chave:** Política de assistência social. SUAS. Educação permanente e continuada. Capacita SUAS. Maranhão (Estado).

**Abstract**

We rescued the historic route of the National Single System Training Program for Social Assistance - CapacitaSUAS in the context of RENEPSUAS, its contributions to the improvement of management, services and social assistance benefits from the assessment of reaction of skilled workers in the state of Maranhão. The regulations of the National Social Assistance Policy - PNAS, by Law 8,742 / 93, amended by Law 12.435 / 2011 instituted the ITS as a new management model of social assistance and reaffirms the Permanent Education as one of the goals, which requires a ethical profile, political and professional workers.

**Keywords:** Social assistance policy. SUAS. Continuing education and continuing. Capacita SUAS. Maranhão (State).

## **1. INTRODUÇÃO.**

Estamos vivenciando um momento de transição na Política de Assistência Social, entre um período marcado historicamente por ações assistencialistas, paternalistas, pautado pela caridade, pela benesse e alicerçadas no trabalho voluntário, para passos significativos em direção à consolidação desta Política, como primazia do Estado e Direito reclamável do cidadão. Entendemos, que o marco se efetiva, como

---

<sup>1</sup> Doutora em Políticas Públicas. Professora Adjunta da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: <aameliabm@uol.com.br>.

<sup>2</sup> Doutora em Políticas Públicas. Professora Adjunta da Universidade Federal do Maranhão. Email: <liliapenha@hotmail.com>.

processual antes e depois da Constituição Brasileira de 1988 e da Lei n. 8.742, de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), e suas atualizações, quando a Assistência Social foi elevada ao estatuto de política pública integrante da Seguridade Social e, portanto, passou a constituir-se como um direito do cidadão e dever do Estado.

Mas foi a partir de outubro de 2004, com a aprovação pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), por meio da Resolução nº 145, de um novo texto para a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que pela primeira vez se discutiu a política de Recursos Humanos, em que chamava atenção, para as “[...] transformações ocorridas no mundo do trabalho e do encolhimento da esfera pública do Estado, implicando precarização das condições de trabalho e do atendimento à população” (PNAS, 2004: 53). Ou seja, o próprio Estado, reconhece a necessidade da existência de uma política de recursos humanos, como estratégia para o trabalho e os trabalhadores, sendo estes, o principal recurso para se assegurar os direitos sociassistenciais.

A regulamentação da PNAS, por meio da Lei 8.742/93, alterada pela Lei 12.435/2011, instituiu o SUAS como novo modelo de gestão da assistência social e reafirma a Gestão do Trabalho e a Educação Permanente como grandes objetivos. Esse novo modelo de gestão exige um novo perfil de trabalhadores que rompa com trajetórias históricas pautadas em práticas assistencialistas, clientelistas e preconceituosas para um exercício profissional pautado no compromisso ético, político e profissional, assegurando práticas democráticas e participativas que garantam os direitos prescritos na Constituição Federal de 1988.

Com a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS/2005), revogada e substituída pela NOB/SUAS/2012, a Assistência Social ganhou a configuração institucional de um sistema descentralizado e participativo que, por meio de uma rede socioassistencial, composta de órgãos governamentais e de entidades e organizações de Assistência Social, oferta à população serviços, benefícios, programas, projetos e transferências de renda, destinados à garantia da proteção social e ao atendimento das necessidades básicas da população.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup>Jaccoud (2009) conceitua proteção social como um conjunto de iniciativas públicas ou estatalmente reguladas para a provisão de serviços e benefícios sociais visando enfrentar situações de risco social ou privações sociais. Contribuindo com a definição da categoria, Sposati (2009) afirma que a ideia de proteção contém um caráter preservacionista – não da precariedade, mas da vida -, supõe apoio, guarda, socorro e amparo.

A Política de capacitação permanente tem como finalidade contribuir com o aprimoramento da gestão do SUAS e da qualidade dos serviços e benefícios socioassistenciais no país através de um processo de educação continuada em que os cursos ofertados partem dos patamares de Introdução e Atualização, com a perspectiva de chegar ao Mestrado Profissional. Defendida desde as primeiras Conferências Nacionais de Assistência Social, foi instituída por meio da Resolução nº08, de 16 de março de 2012, denominado - Programa Nacional de Capacitação do SUAS (CapacitaSUAS).

Este artigo expressa os esforços de produção de conhecimento acerca da experiência vivenciada na Coordenação do CapacitaSUAS/Maranhão e das atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas. A primeira parte se constitui do resgate do percurso histórico da PNEP/SUAS e em seguida apresentamos os resultados preliminares da avaliação de reação dos participantes do Curso Introdução ao Provimento dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais e Implementação do Brasil Sem Miséria. Na Conclusão destacamos a importância da educação permanente para os trabalhadores e trabalhadoras do SUAS.

## **2. Percurso Histórico da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS - PNEP/SUAS.**

Visando atender as exigências do novo contexto da Política de Assistência Social, que passa dentre outros aspectos, pela profissionalização da Assistência Social, a LOAS coloca em evidência a necessidade de implementação da Gestão do Trabalho e da Educação Permanente e atribui ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) a responsabilidade de “[...] formular política para a qualificação sistemática e continuada de recursos humanos no campo da Assistência Social” (LOAS, art. 19, IX). Tal perspectiva é reafirmada pelo Plano Decenal da Assistência Social (2005) e pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS/2006).

Assim, em resposta a esses desafios, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), com o apoio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), iniciou um amplo processo de debate e de pactuação, envolvendo gestores das três esferas federativas, como trabalhadores, conselheiros e usuários do SUAS, objetivando à elaboração do texto da

Política Nacional de Educação Permanente. Coube às equipes do Departamento de Formação e Disseminação (DFD), da SAGI e do Departamento de Gestão do SUAS (DGSUAS) a construção do primeiro arranjo do Programa. Ao Fundo Nacional de Assistência Social, coube à tarefa de desenhar o modelo de financiamento do Programa.

Entretanto, as diretrizes e princípios de orientação da Política de Educação Permanente só foram discutidos, em 2011, no Fórum Nacional de Secretários de Estado da Assistência Social (FONSEAS), sendo que as responsabilidades que ela estabeleceu entre os entes federados foi pactuada, nesse mesmo ano, por ocasião da 108ª Reunião da Comissão Intergestores Tripartite (CIT). Após essa pactuação, uma versão preliminar desta política foi apresentada e discutida em uma reunião do CNAS, a qual deliberou pela sua publicização e disseminação na VIII Conferência Nacional da Assistência Social, realizada em dezembro de 2011. A Política Nacional de Educação Permanente constitui, assim, uma resposta às demandas por qualificação do provimento dos serviços socioassistenciais, da gestão e do controle social do SUAS, visando à emancipação dos trabalhadores e dos usuários do Sistema e a implantação da cultura da Educação Permanente no âmbito do SUAS.

Em 2011, outros avanços foram conquistados, como a Lei n. 12.435, de 06 de julho de 2011, que alterou a LOAS, instituiu o SUAS e estabeleceu, dentre outros objetivos, a implantação da Gestão do Trabalho e da Educação Permanente na Assistência Social. Em consonância com as alterações promovidas, a LOAS passou a garantir o que fora deliberado na VI Conferência Nacional de Assistência Social, em 2007, ao autorizar a utilização de recursos do cofinanciamento federal, destinados às ações continuadas da Assistência Social, para o pagamento de profissionais efetivos que integram as equipes de referência. Ainda neste mesmo ano, por meio da Resolução n. 32/2011, o CNAS definiu que, para essa finalidade, poderia ser utilizado até 60% do cofinanciamento federal, reforçando com isso a lógica do concurso público e da formalização das relações de trabalho no SUAS.

Outra iniciativa importante registrada em 2011 foi à publicação da Resolução CNAS n. 17/2011, que validou a composição da equipe de referência definida pela NOB-RH/SUAS/2006 e reconhece as categorias profissionais com Ensino Superior, necessárias ao atendimento das especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções de gestão no âmbito do SUAS.

Na VIII Conferência Nacional de Assistência Social, em 2011, foram debatidos temas relativos ao trabalho e aos trabalhadores, tais como: a) a estruturação da Gestão do Trabalho; b) os Planos de Carreira, Cargos e Salários (PCCS); c) o concurso público na área; d) a política de educação continuada e permanente. Em de março de 2012, foi instituído, por meio da Resolução CNAS n. 08, o Programa Nacional de Capacitação do SUAS (CapacitaSUAS), visando: a) garantir a oferta de formação permanente para qualificar profissionais do SUAS no que se refere ao provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais; b) capacitar técnicos e gestores do SUAS para a implementação das ações dos Planos Estratégicos do governo brasileiro; c) induzir o compromisso e responsabilidade do pacto federativo do SUAS com a Educação Permanente junto às Secretarias Estaduais e ao Distrito Federal; d) aprimorar a gestão do SUAS nos municípios, estados e Distrito Federal.

Até 2012, as ações de formação e capacitação desenvolvidas pelos entes federados no âmbito do SUAS caracterizavam-se pela fragmentação e descontinuidade; ausência de um arranjo coordenado que definisse percursos mínimos formativos e fragilidades na construção das necessidades de capacitação<sup>4</sup>. Porém, este percurso teve uma importância singular no que se refere à reflexão e problematização de seus avanços e limites por parte do Governo Federal, o que possibilitou a construção de um novo arranjo que correspondesse de um lado às deliberações históricas das Conferências de Assistência Social e de outro ao aprimoramento da operacionalização de ações de formação.

Para sua operacionalização, foram definidos claramente os papéis dos entes federados e um conjunto de mecanismos institucionais voltados o aprimoramento das funções, capacidades e competências de gestão, provimento de serviços, programas, projetos, benefícios e transferência de renda, além é claro do controle social do SUAS. Institucionalmente, a coordenação federativa do programa conta com as equipes do DGSUAS e DFD, que, atuando em rede, articulam as equipes estaduais de estados e Distrito Federal responsáveis pela Gestão do Trabalho e Educação Permanente do

---

<sup>4</sup> Entre 2008 e 2012 podem-se destacar as seguintes ações de capacitação desenvolvidas pelo MDS: a) Capacitação Descentralizada para Gerentes Sociais, que resultou na capacitação de 1.531 gerentes de equipamentos públicos do SUAS; b) Capacitação de Conselheiros de Assistência Social, que resultou na capacitação de 435 membros dos Conselhos Nacional e Estaduais de Assistência Social e c) Capacitação para o Controle Social nos Municípios, realizada entre os anos de 2010 a 2012, resultando na capacitação de 15.216 membros dos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) e das Instâncias de Controle Social (ICS) do Programa Bolsa Família (PBF).

SUAS. O processo de pactuação segue o rito normal do Sistema, com amplas discussões na CIT e CNAS, em âmbito Federal e CIB's e CEAS em âmbito estadual.

O mecanismo institucional de financiamento, por sua vez, consiste na transferência de recursos da União, a título de cofinanciamento federal das ações, por meio do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para os Fundos Estaduais de Assistência Social (FEAS). Compete às coordenações estaduais do programa: 1) formular os planos estaduais de capacitação, contendo diagnóstico de necessidades e demandas de formação e capacitação, e enviá-los à coordenação nacional; 2) montar arranjo de execução das ações em seu território; 3) gerir os contratos ou quaisquer outros instrumentos usados para definir a relação com as instituições executoras das ações do CapacitaSUAS; 4) pactuar com os municípios sob sua jurisdição a distribuição das metas de capacitados e responsabilidades relativas à execução do programa em nível local.

Por sua vez, a coordenação nacional do Programa responsabiliza-se pela identificação das demandas comuns e mais recorrentes dos Planos Estaduais de Capacitação, pela pactuação com estados e Distrito Federal das metas de técnicos a serem capacitados, a definição do montante de recursos a serem transferidos pelo mecanismo fundo a fundo, elaboração de projetos pedagógicos dos cursos pactuados e disponibiliza-los a todos os estados e Distrito Federal.

Uma ação realizada pela coordenação nacional do Programa merece destaque: ofertar as Oficinas de Alinhamento Pedagógico e de Conteúdos para as equipes estaduais e Instituições de Ensino selecionadas pelos estados visando a execução do Programa. As oficinas, tarefa obrigatória a todos os ofertantes do Programa, podem ser definidas como espaços formais de encontro entre o MDS, IES executoras e equipes estaduais responsáveis pela execução do Programa CapacitaSUAS cujo objetivo é possibilitar a apropriação, discussão, reflexão, problematização de conteúdos e projetos pedagógicos a serem trabalhados em sala de aula<sup>5</sup>.

Ainda cabe mencionar que o desenho de execução do Programa, prevê a formação e constituição da Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS (RENEP-SUAS). A Rede foi constituída em 2012 por meio de publicação de

---

<sup>5</sup>Tais projetos publicizam a perspectiva pedagógica dos cursos; as competências a serem adquiridas pelo profissional participante; a ementa dos conteúdos; os objetivos instrucionais; o enfoque dos módulos e unidades, bem como sugestões de recursos didáticos e pedagógicos que podem ser utilizados na mediação do processo de ensino aprendizagem em sala de aula.

edital de chamada pública. Em 2015, nova chamada ampliou o número de IES e abriu para que Escolas de Governo também fossem selecionadas.

Em relação às ações de monitoramento e avaliação do Programa, sua estruturação leva em consideração a execução, descentralização e a cooperação federativa. Vários atores com diferentes responsabilidades e em diferentes momentos contribuem para monitorar e avaliar o Programa em tela. Do ponto de vista do Governo Federal, a SAGI cumpre o papel de acompanhar sistematicamente o Programa e todo o processo de execução por meio do SIGE (Sistema de Monitoramento de Programas e Projetos) que possibilita aos gestores nacionais do Programa o acompanhamento sistemático da execução em cada estado.

As informações são alimentadas a partir das atualizações encaminhadas formalmente pelos estados ao ponto focal do DFD e do SIMA (Sistema de Monitoramento Acadêmico) que é um sistema desenvolvido e mantido pela SAGI, capaz de receber as informações das capacitações executadas pelos parceiros da RENEP-SUAS, tratá-las e gerar relatórios que abordem o planejamento da oferta, a estrutura dos cursos, o cronograma de execução, a composição das turmas, o controle de desistências, substituições, evasões e frequência dos participantes, o local de realização, o Cadastro do Perfil dos Participantes.

Aliado a isso, o processo conta com momentos presenciais por meio dos quais gestores, técnicos ou consultores podem verificar como a implementação está sendo realizada, se está atingindo seus objetivos e metas, além de verificar que problemas estão interferindo nas ações, processos e consecução dos objetivos previstos. Os sujeitos envolvidos no monitoramento presencial são técnicos do MDS (SAGI, SNAS), consultores externos e representantes das coordenações estaduais do Programa. O resultado deste trabalho consolida-se na produção de relatórios qualitativos e relatórios estaduais de execução do Programa.

A Avaliação de Reação é disponibilizada aos estados para aplicação junto aos participantes do curso, ao final da execução de cada turma e tem por objetivo captar a percepção dos discentes acerca dos aspectos pedagógicos, didáticos e de infraestrutura que envolve toda a execução dos cursos. O seu preenchimento é voluntário e anônimo. A partir de seus resultados é possível corrigir rumos da execução e aprimorar a oferta das novas turmas, quando necessário. No item seguinte apresentamos os resultados da Avaliação de Reação dos participantes de um dos cursos ofertados pelo CapacitaSUAS/MA, em sua 1ª fase.

### **3. A EXPERIÊNCIA DO CAPACITASUAS NO MARANHÃO:** contribuições para a qualificação dos trabalhadores e trabalhadoras.

A Universidade Federal do Maranhão (UFMA) compõe a Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social (RENEP/SUAS), a partir do primeiro semestre de 2012, por meio do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Democracia, Direitos Humanos e Políticas Públicas (GDÈS/DESES). Em agosto de 2012 a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania - SEDIHC iniciou a interlocução com a UFMA no sentido do trabalho que conjuntamente seria realizado.

A relação entre a UFMA e SEDIHC, iniciada em agosto de 2012, desencadeou incontáveis atividades (reuniões, contatos, providências e decisões), realizadas no sentido de viabilizar a elaboração do Projeto Básico e demais instrumentos técnicos necessários à concretização do referido projeto dentre os quais: termo de convênio, propostas de levantamento de custos, formulação de Plano de Trabalho, etc. As discussões conjuntas levaram a inúmeras tentativas de resolução das dificuldades que se apresentaram durante o percurso, relativos à modalidade de contratação e às condições legais de cada instituição.

O repasse dos recursos, pela SEDHIC, para a UFMA, ocorreu somente em novembro de 2014, período em que não havia mais possibilidade de suplementação de crédito orçamentário para viabilizar a contratação da Fundação de Apoio e dos procedimentos operacionais decorrentes, gerando a necessidade de aditivo de prazo ao contrato estabelecido, postergando mais uma vez o início das atividades para o ano de 2015.

O CapacitaSUAS no interior da UFMA foi transformado em Projeto de Extensão intitulado “CAPACITASUAS MARANHÃO” e tramitou em todas as instâncias internas, sendo aprovado através da Resolução 1213/CONSEP de 27.11.2014. A equipe de Coordenação do Projeto é formada pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lília Penha Viana Silva - Coordenadora Geral; Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Aurora Amélia Brito de Miranda - Coordenadora Pedagógica, conforme Portaria GR nº 580; 01 Assistente Social no Apoio Pedagógico, e cinco alunas do Curso de Serviço Social na função de bolsistas, sendo que 03 cumpriram Estágio Obrigatório no Projeto.

No primeiro mês do ano de 2015 com a posse da nova gestão do governo do Estado, houve uma reforma administrativa que resultou em mudanças na gestão da



Política de Assistência Social que voltou a vincular-se à Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES). A partir de então, foram retomadas as reuniões de trabalho entre as equipes da SEDES e da UFMA visando o planejamento das ações do CapacitaSUAS – Maranhão e a mobilização dos municípios e participantes através de uma ação articulada entre SEDES e Secretaria Executiva do Projeto.

Nesta 1ª fase do CapacitaSUAS foram ofertados 03 Cursos, num total de 50 turmas, sendo um de Introdução e dois de Atualização, com carga horária de 40 horas, cada. O Curso de Introdução ao Provimento dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais do SUAS e implementação de Ações do Plano Brasil Sem Miséria (Curso 1, com 24 turmas); o Curso de Atualização de Indicadores para Diagnóstico e Acompanhamento do SUAS e do Plano Brasil Sem Miséria (Curso 2, com 13 turmas) e o Curso de Atualização em Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS (Curso 3 com 13 turmas).

O CapacitaSUAS/MA tem como objetivo contribuir para a qualificação dos serviços socioassistenciais no Estado do Maranhão, através da capacitação de trabalhadoras/es do SUAS e da produção de conhecimentos acerca do Perfil das trabalhadoras/es e da situação vivenciada por elas/es no que tange à educação permanente e continuada e às condições de trabalho na implementação do SUAS nos municípios maranhenses. O público alvo é formado por gestores, trabalhadoras/es e conselheiros de assistência social dos 217 municípios. Foram oferecidas 2.250 vagas nos três cursos.

A equipe de professores foi composta por docentes da UFMA e de outras IES privadas, bem como por técnicos de nível superior (Assistentes Sociais) que trabalham na Política de Assistência Social no município de São Luís. Atendendo a metodologia proposta pelo Termo de Referência do CapacitaSUAS/MA, as aulas eram ministradas por uma dupla de professores visando a melhor articulação dos conteúdos teóricos com as experiências de trabalho trazidas pelos técnicos professores e pelas trabalhadoras/es da política, participantes dos cursos.

O lançamento do CapacitaSUAS – Maranhão aconteceu no dia 04.04.2015, no Auditório do Centro Pedagógico Paulo Freire, no Campus da UFMA e contou com a presença de uma diversidade de sujeitos representando 72 municípios entre convidados (prefeitos, Secretários Assistência Social, Conselheiros, técnicos da gestão do SUAS; e participantes da capacitação, professores e alunos da UFMA, além dos 135 profissionais

de 24 municípios chamados para formar as três primeiras turmas do Curso I - Introdução ao Provimento de Serviços e Benefícios Socioassistenciais e Implementação do Brasil Sem Miséria.

No atual estágio de execução já foram ofertadas as 24 turmas do Curso 1, as 13 turmas do Curso 2 e 11 turmas do Curso 3. Uma avaliação preliminar do Curso 01 - Introdução ao Provimento de Serviços e Benefícios Socioassistenciais e Implementação do Brasil Sem Miséria, a partir do Instrumental elaborado pelo MDS – Avaliação de Reação dos participantes, pode expressar, as contribuições do processo de formação para a qualificação do trabalho profissional das equipes do SUAS no Maranhão.

Considerando as 24 turmas ofertadas aos 217 municípios maranhenses, 196 municípios, (90%) participaram do Curso, inscrevendo 996 trabalhadores de nível superior que compõem as equipes profissionais do SUAS. Destes inscritos, 818 frequentaram (82%); 809 concluíram o Curso (99%) e 658 participaram da avaliação do Curso, o que representa uma amostra de 81%.

Tendo em vista colher as impressões dos profissionais que avaliaram o Curso, apresentamos a seguir uma leitura preliminar da sistematização que será posteriormente analisada em seus significados. O instrumental de Avaliação de Reação do participante foi elaborado pelo MDS e é composto por três blocos: Infraestrutura, Procedimentos Instrucionais e Desempenho do Professor. A última questão do instrumental era aberta, dando oportunidade ao participante tecer críticas, elogios e fazer sugestões.

Quanto à Infraestrutura encontramos: 71% para o local; 85% para a qualidade das instalações físicas; 94% para equipamentos utilizados nas aulas e 94% para atuação da equipe de Coordenação do Projeto. Esses percentuais nos permitem afirmar que no tocante à infraestrutura a avaliação da maioria dos participantes foi muito positiva, sendo a média de 86%. O segundo Bloco da Avaliação diz respeito aos procedimentos instrucionais que tiveram como média 97%, de aprovação. Desagregando os percentuais temos: relevância dos conteúdos abordados – 97%; encadeamento de apresentação dos conteúdos – 97%; oficinas de aprendizagem encadeadas com os conteúdos – 96%; aulas expositivas – 99% e carga horária do curso – 96%.

O desempenho dos professores foi avaliado considerando as Aulas Expositivas e as Oficinas de Aprendizagem por Módulo. O eixo Aulas Expositivas teve excelente avaliação se consideramos que o menor índice alcançado por Módulo foi de 98% de aprovação, sendo esta também a média dos módulos. Nos Módulos I e II apenas três

indicadores tiveram nota inferior a 98%. No Módulo III, apenas um indicador teve índice inferior a 99% e dois alcançaram 100% (apresentação de exemplos que ilustram bem o tema discutido e utilização de linguagem adequada e de fácil compreensão). O mesmo nível de avaliação se manteve para as Oficinas de Aprendizagem que também tiveram média de 98% de aprovação. Nas oficinas apenas o indicador “Capacidade de administrar o tempo para realizar as atividades previstas” recebeu o percentual de 96%, os demais auferiram entre 98% e 99%.

Uma sistematização preliminar dos elogios mostra que eles se concentraram na qualidade: dos professores; do curso; do trabalho da equipe de coordenação do Projeto, mas também da qualidade das instalações da UFMA, com destaque para o Centro Paulo Freire, onde se localizam as salas de aula e a Sala da Coordenação do Projeto; bem como da qualidade da alimentação (dois lanches, almoço e jantar).

O Curso foi muito elogiado em seu conteúdo denso, mas necessário devido ao seu patamar de Curso Introdutório ao processo de educação continuada. Conforme uma das participantes, os “Módulos desenvolvidos no Curso foram de grande relevância para a melhoria da qualidade profissional e dos técnicos envolvidos no trabalho da assistência social”. Essa afirmação é confirmada por alguns depoimentos abaixo agrupados:

Curso muito importante para os profissionais do SUAS; “Estou muito agradecida pela oportunidade de participar desta capacitação. Volto para o meu trabalho com energias renovadas”; “Estes momentos propiciaram oportunidades muito ricas de aprendizagem e troca”; “Parabenizo a iniciativa de organizar uma capacitação para os trabalhadores do SUAS; “Conteúdo teórico muito bem trabalhado. Muito dinâmico e rico; Conteúdo de fácil aprendizagem; “Conteúdo e material ofertado de excelente qualidade; Apesar de o conteúdo ser muito extenso para o tempo do curso, os professores foram objetivos, claros e com ótima capacidade para ministrar os conteúdos, relacionar com a realidade profissional e manter o interesse da turma”; achei o curso excelente e o manejo com o conteúdo ministrado foi muito bom pois houve uma tessitura entre teoria e prática profissional. (Avaliação de Reação. Coord. CapacitaSUAS, 2015).

A metodologia participativa, criativa e democrática foi considerada outro ponto de destaque do Curso, o que se pode afirmar pela avaliação que revela: “Considero que a metodologia utilizada contemplou e propiciou a construção do pensamento e favoreceu a visualização da política pública no município e da nossa prática profissional”.

O curso foi muito proveitoso. As professoras conduziram o trabalho de forma dinâmica, propiciando a participação e o aprendizado dos alunos”; “O processo de aprendizagem da temática retrata a necessidade de uma maior

leitura teórica para aplicação na prática. Essa possibilidade aconteceu devido à metodologia adotada pelas professoras”. Quero parabenizar as professoras pela excelente metodologia e linguagem usada nos cinco dias de curso; Quero parabenizar as duas pela belíssima metodologia. Desde já muito obrigada pela troca de conhecimentos; “Interação das experiências entre os municípios na perspectiva de formação dos grupos”; “A dinâmica utilizada pelos facilitadores tornou o curso eficiente e prazeroso. (Avaliação de Reação, Coord. CapacitaSUAS, 2015).

As avaliações das duplas de professores expressaram o resultado esperado pela Coordenação do Projeto: o domínio do conteúdo; a complementaridade de conhecimentos e experiências; a relação democrática; a criatividade; o compromisso em potencializar a oportunidade de contribuir com o avanço da formação dos trabalhadores do SUAS no nosso Estado. Um dos participantes afirmou: “Equipe de professores com didática muito boa e com proximidade com a prática profissional, o que facilitou o repasse do conteúdo e esclarecimento das dúvidas. Possuíam notável competência sobre o conteúdo do curso”.

Capacidade de repassar os conteúdos de forma clara, associando sempre com a realidade vivenciada com diferentes municípios do Estado, observando-se o conhecimento da dupla de professoras sobre a Política de Assistência Social; “Equipe de professoras ótimas, em sincronia com o conteúdo e entre elas”; “Professoras excelentes, muito boas mesmo, tanto que não tenho palavras para descrever. Excelentes profissionais”; “A dupla de professores tem uma bagagem de conteúdos muito interessante e são muito competentes. Todos os Módulos foram abordados com clareza e esclarecimento de dúvidas; “Foi muito interessante o “aprofundamento” dos assuntos ao invés de falar de muita coisa de forma vaga”; “Houve uma ótima articulação no trabalho realizado pelos professores e realidade de cada município”; “A interação dos professores refletiu no excelente desempenho da turma e possibilitou de forma positiva a troca de experiências e aprendizado”; Sairemos desse curso mais fortalecidos profissionalmente. (Avaliação de Reação, Coord. CapacitaSUAS, 2015).

No rol dos elogios, a Coordenação Nacional do CapacitaSUAS foi destacada pela qualidade do Curso, com destaque para o material do kit do participante: “Parabéns ao esforço da Coordenação Nacional do Capacitasuas em disponibilizar o riquíssimo material (livros, apostilas, etc.), tendo em vista sobretudo os profissionais que necessitam ser aprovados em concursos”. A Coordenação Local também teve reconhecidos os esforços no sentido de proporcionar a qualidade dos eventos.

Gostaria de parabenizar a Comissão Organizadora; A capacitação em si merece nota 10; No geral o evento foi excelente; “Equipe técnica organizada”; Parabenizar a equipe de coordenação do curso e os professores”; Parabenizar a equipe de coordenação pelo excelente trabalho; Uma semana bastante produtiva, a organização e professores estão de parabéns. (Avaliação de Reação, Coord. CapacitaSUAS, 2015).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As avaliações do Curso Introdução ao Provimento de Serviços e Benefícios Socioassistenciais e Implementação do Brasil Sem Miséria, acima expostas, indicam que o CapacitaSUAS no Maranhão, tem garantido a qualidade esperada. A experiência promove articulação relevante através da ação conjunta de professores da UFMA e outras IES e técnicos que trabalham na Política de Assistência Social no Estado, além de alunos (monitores, estagiários e bolsistas) e as trabalhadoras/es.

Por outro lado, embora seja formalmente um projeto de extensão, tem contribuído para a articulação do ensino, pesquisa e extensão dentro da UFMA, contribuindo para o cumprimento da função social da universidade pública em nosso Estado. A contribuição do CapacitaSUAS e outras fontes de informação e gestão se colocam exatamente, no contexto da luta contra o voluntarismo e clientelismo presentes historicamente na Assistência Social.

Assim, o protagonismo dos trabalhadores do SUAS poderá ser exercido a partir das múltiplas determinações que os constituem enquanto trabalhadores em sua dimensão de sujeitos e os papéis que desempenham a partir da articulação entre os projetos profissionais particulares das diversas profissões e os projetos societários em disputa. Esta postura exige que os trabalhadores da Assistência Social, conforme, coloca Yazbek (2014):

[...] sejam sujeitos de sua própria educação e não objeto dela. Portanto, sujeitos ativos na construção do seu conhecimento, responsabilizando-se por sua educação, procurando meios que levem ao seu crescimento e aperfeiçoamento de sua ação. (YAZBEK, 2014. p. 135).

Educar é fazer emergir experiências de aprendizagem e criatividade para a construção de novos conhecimentos. E a questão não é apenas adquirir conhecimentos já prontos e disponíveis, como se estivesse no mercado, mas da capacidade de aprender a apreender, para construir novos caminhos e habilidades, acessar fontes de informação sobre as realidades, considerando sua diversidade e particularidades. (YAZBEK, 2014).

O que exige que o processo de educação permanente, tenha vinculação com a realidade, clareza na construção de explicações, na perspectiva de delinear resistências, construir novos caminhos, perspectivas, alternativas e utopias coletivas.

Assim, é pressuposto fundamental a dimensão política do trabalho profissional no processo de educação permanente, tendo em vista que não basta “saber” ou “fazer”, é preciso não separar conhecimento, ação e direção política da ação.

Entendemos que o SUAS está permeado por tendências tanto conservadoras quanto emancipatórias, e assim, é necessário fortalecer aquelas que operam com a concepção de Assistência Social como Política Pública em construção a partir de princípios universais dos direitos da cidadania.

## REFERÊNCIAS

BARATA, Joaquina. O CapacitaSUAS na Região Norte: Apreensões, Desafios e Vitórias. *In: Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate*, Brasília (DF), n. 22 2015 . Disponível em: <[https://issuu.com/sagi\\_mds/docs/caderno\\_22web](https://issuu.com/sagi_mds/docs/caderno_22web)>.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília (DF): Senado, 1998.

BRASIL, **Política Nacional de Educação Permanente do SUAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Brasília(DF): MDS, 2013.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Permanente do SUAS: PNEP/SUAS**. Brasília (DF): MDS, 2013. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/livros/politica-nacional-de-educacao-permanente-do-suas-pnep-suas>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

JACCOUD, Luciana. Proteção Social no Brasil: debates e desafios. *In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL; UNESCO*. Brasília (DF), 2009.

RELATÓRIO Preliminar da Avaliação de Reação. Coordenação do CapacitaSUAS/MA. São Luís: UFMA, 2015.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. *In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL; UNESCO*. **Concepção e Gestão da Proteção Social não Contributiva no Brasil**. Brasília (DF), 2009.

VILAS BOAS, Patricia, *et al.* Perspectivas e desafios do Programa CapacitaSUAS no Contexto de Inovação e compromisso com a qualificação dos trabalhadores do SUAS. *In: Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate*, Brasília (DF), n. 22 2015 . Disponível em: < [https://issuu.com/sagi\\_mds/docs/caderno\\_22web](https://issuu.com/sagi_mds/docs/caderno_22web)>.